

A semana em Brasília

8 a 12 de abril

Destacamos abaixo as movimentações do Legislativo e Executivo que podem impactar o setor privado.



LEGISLATIVO

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário:

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, as seguintes proposições legislativas:

Nova Proposta **Distribuidoras de Energia Elétrica.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 855/2018 que trata do reconhecimento de direito a recursos associados às concessões de distribuição. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Licitações. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.292/1995 que institui normas para licitações e contratos da administração pública. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Regulamentação da Atividade de Lobby. O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.202/2007 que disciplina a atividade de lobby e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissões

Comissão de Viação e Transportes (“CVT”) e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (“CFFC”)

Audiência Pública. Exploração Ferroviária. A CVT e a CFFC realizam em 9 de abril, às 10h30min, audiência pública para debater a exploração da infraestrutura da Ferrovia Norte-Sul Tramo Central (FNSTC) e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Para a audiência, foram convidados os senhores Tarcísio Gomes de Freitas (Ministro da Infraestrutura), José Mucio Monteiro (presidente do Tribunal de Contas da União – TCU), Júlio Marcelo de Oliveira (procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União – MPTCU), Mario Rodrigues Júnior (diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT), Antônio Leite dos Santos Filho (diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT), Fernando Paes (diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários ANTF), Luis Henrique Teixeira Baldez (presidente da Associação Nacional dos Usuários de Transporte – ANUT).

Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”), Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (“CFFC”) e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (“CMADS”)

Audiência Pública. Registro de Agrotóxicos A CDC, CFFC e a CMADS realizam em 9 de abril, às 14 horas, audiência pública para prestação de informações sobre a liberação de registros de agrotóxicos. Para a audiência, foi convidada

a senhora Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias (Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (“CCJC”)

A CCJC realiza em 9 de abril, às 14h30min, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Nova Proposta **Reforma da Previdência.** A Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 modifica o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. O relator do projeto é o deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Prazo para Abertura e Encerramento de Empresas. O Projeto de Lei Complementar nº 262/2016 altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para disciplinar o prazo de abertura e encerramento de empresas no País. O relator do projeto é o deputado Marcelo Aro (PHS-MG). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Recuperação Judicial. Produtor Rural. O Projeto de Lei nº 6.279/2013 altera a Lei de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial incluindo disposições para que o produtor rural, no regime jurídico empresarial, possa requerer recuperação judicial. O relator do projeto é o deputado Alceu Moreira (MDB-RS). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Comissão de Viação e Transportes (“CVT”)

Audiência Pública. Tarifas de Pedágio. A CVT realiza em 10 de abril, às 9 horas, audiência pública para debater o aumento de tarifas de pedágio para reequilibrar os contratos de concessão de rodovias. Para a audiência foram convidados os senhores Tarcísio Gomes de Freitas (Ministro da Infraestrutura), Antônio Leite dos Santos Filho (diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT), Mario Rodrigues Junior (diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT) e a senhora Cristina Machado (procuradora-geral do Tribunal de Contas da União – TCU).

Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”)

Audiência Pública. Serviços Aéreos. A CDC realiza em 10 de abril, às 9 horas, audiência pública para debater voos regionais, altos preços de passagens, cancelamento de rotas e aquisições de empresas aéreas entre si. Para a audiência foram convidados os senhores Andrey Vilas Boas de Freitas (coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça – MJ), José Ricardo Botelho (diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC), Carlos Eduardo Xavier (secretário estadual de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte), Ricardo Barbosa Cardoso Nunes (presidente da Comissão de Direitos do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB), Eduardo Sanovicz (presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas – ABEAR) e Lamarck Freire Rolim (conselheiro da Associação Brasileiras de Agências de Viagens – ABAV).

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)

Audiência Pública. Comércio Exterior. A CDEICS realiza em 11 de abril, às 9h30min, audiência pública para debater a política de Comércio Exterior do Brasil. Para a audiência foram convidados os senhores Alfredo Alexandre de Menezes Júnior (superintendente da Zona Franca de Manaus- SUFRAMA), Fabrício Sardelli Panzini (gerente de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria – CNI), José Velloso Dias Cardoso (presidente Executivo da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ) e Daniel da Silva Antunes (gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE).

Comissões:

Comissão Mista da Medida Provisória nº 868/2018 – (“CMMPV 868/2018”)

Audiência Pública. Saneamento Básico. A CMMPV realiza em 9 de abril, às 9 horas, audiência pública para debater a Medida Provisória nº 868/2018 que (i) atualiza o marco legal do saneamento básico, (ii) atribui à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento e (iii) aprimora as condições estruturais do setor. Para a audiência, foram convidados representantes da Agência Nacional de Águas (ANA), Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Instituto Trata Brasil.

Audiência Pública. Saneamento Básico. A CMMPV realiza em 11 de abril, às 9 horas, audiência pública para debater a Medida Provisória nº 868/2018 que (i) atualiza o marco legal do saneamento básico, (ii) atribui à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento e (iii) aprimora as condições estruturais do setor. Para a audiência, foram convidados os senhores Rodrigo Pagani de Souza (professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo), Aparecido Hojaij (presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), Marcos Thadeu Abicalil (especialista sênior de Água e Saneamento do Banco Mundial) e Daniel Geraldes Uzueli (líder de Saneamento Básico do Projeto Infra 2038).

Comissão Mista da Medida Provisória nº 863/2018 – (“CMMPV 863/2018”)

Nova Proposta **Abertura do Capital Estrangeiro.** A CMMPV realiza em 9 de abril, às 14h30min, reunião deliberativa para apreciação do relatório do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), na Medida Provisória nº 863/2018, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para elevar a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (“CRA”)

Audiência Pública. Crédito Rural. A CRA realiza em 10 de abril, às 11 horas, audiência pública para debater o crédito rural e seguro agrícola. Foram convidados representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Economia (ME), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), Federação das Associações de Arrozeiros do Estado do Rio Grande do Sul (FEDERARROZ), União da Indústria de Cana-de-Açúcar (ÚNICA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Aprosoja Brasil.

Comissão Mista da Medida Provisória nº 869/2018 – (“CMMPV 869/2018”)

Audiência Pública. Dados Pessoais. A CMMPV realiza em 10 de abril, às 14h30min, audiência pública para debater a Medida Provisória nº 869/2018, que trata da proteção de dados pessoais e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Para a audiência, foram convidados os senhores Frederico Meinberg Ceroy (promotor de justiça e coordenador da Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial do MPDFT), Bruno Bioni (fundador e professor do Data Privacy Brasil), Ulysses Alves de Levy Machado (coordenador estratégico de Gestão de Segurança dos Ativos da Informação do Serpro), a senhora a Renata Mielli (coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação) e representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Comissão de Meio Ambiente (“CMA”)

A CMA realiza em 11 de abril, às 14 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

Nova Proposta **Cosméticos. Micropartículas de Plástico.** O Projeto de Lei do Senado nº 263/2018 altera a Lei de Vigilância Sanitária para (i) vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e (ii) proibir a fabricação, importação, distribuição e a comercialização de sacolas plásticas

para acondicionamento e transporte de mercadorias. O relator do projeto é o senador Roberto Rocha (PSDB-MA). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Licenciamento Ambiental. Potenciais Hidrelétricos. O Projeto de Lei do Senado nº 603/2015 disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes, cria mecanismos para otimizar o planejamento do aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica do Brasil. O relator do projeto é o senador Confúcio Moura (MDB-RO). Leia [aqui](#) o inteiro teor da proposta.

Novos Projetos de Lei

Abaixo destacamos as novas propostas legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que interessam ao ambiente empresarial.

NOVOS PROJETOS DE LEI	
Câmara dos Deputados	
Exploração de Gás	O Projeto de Lei nº 1.935/2019 altera o Código de Mineração para proibir a outorga de concessão de lavra para exploração de gás mediante processo de fraturação hidráulica ou fracking. Leia aqui o avulso da matéria.
Energia Elétrica. Luz Solar	O Projeto de Lei nº 1.958/2019 trata de incentivos à geração de energia elétrica por fonte solar. Leia aqui o avulso da matéria.
Contratação de Seguro para Obras Públicas	O Projeto de Lei nº 1.959/2019 altera a Lei de Licitações para exigir seguro-garantia nas contratações de obras públicas. Leia aqui o avulso da matéria.
Unidades de Conservação de Domínio Público	O Projeto de Lei nº 2.001/2019 trata da desapropriação e indenização de propriedades privadas em unidades de conservação de domínio público. Leia aqui o avulso da matéria.
Criptoativos	O Projeto de Lei nº 2.060/2019 regula os criptoativos no país. Leia aqui o avulso da matéria.
Benefício Tributário. Subscrição de Ações	O Projeto de Lei nº 2.081/2019 altera a Lei do Imposto de Renda para estender às sociedades limitadas benefício tributário especial aplicável à subscrição de ações de emissão de companhias. Leia aqui o avulso da matéria.
Compliance em Partidos Políticos	O Projeto de Lei nº 2.086/2019 altera a Lei dos Partidos Políticos para que os partidos políticos atendam a normas de compliance em suas atividades. Leia aqui o avulso da matéria.
Notificação de Inadimplência do Locatário	O Projeto de Lei nº 2.092/2019 trata da necessidade de o fiador ser notificado sobre a inadimplência do locatário em tempo hábil. Leia aqui o avulso da matéria.
Reforma Tributária	A Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019 altera o Sistema Tributário Nacional. Leia aqui o avulso da matéria.
Senado Federal	
Registro de Imóvel Rural	O Projeto de Lei nº 1.908/2019 prorroga em dez anos o prazo para o interessado requerer os documentos necessários à ratificação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais de área superior a quinze módulos fiscais. Leia aqui o avulso da matéria.

NOVOS PROJETOS DE LEI

Senado Federal

Parceria Público-Privada	O Projeto de Lei nº 1.912/2019 altera a Lei de Parceria Público-Privada para vedar o repasse, aos usuários do serviço, dos custos da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nas hipóteses de sua alteração unilateral, de atos da Administração ou da repartição de riscos entre as partes. Leia aqui o avulso da matéria.
Entidade Financiadora como Concessionária	O Projeto de Lei nº 1.916/2019 altera a Lei de Parceria Público-Privada para permitir o ingresso da entidade financiadora como concessionária, diretamente ou através de outra sociedade de propósito específico financiada, até a plena realização do contrato de execução de obra pública ou continuidade do serviço público. Leia aqui o avulso da matéria.
Responsabilidade por Danos a Terceiros	O Projeto de Lei nº 1.983/2019 altera o Código Civil para estabelecer a responsabilidade de toda a cadeia de fornecedores de produtos ou serviços na hipótese de danos causados a terceiros. Leia aqui o avulso da matéria.
Plano de Previdência como Garantia de Crédito	O Projeto de Lei nº 2.011/2019 (i) permite que recursos de planos de previdência complementar aberta sejam oferecidos em garantia de operações de crédito e (ii) trata da impenhorabilidade de quantia depositada em fundo de previdência privada. Leia aqui o avulso da matéria.



EXECUTIVO

Os Órgãos e Agências do Governo Federal conduzem consultas e audiências públicas em matérias de relevo para as atividades empresariais. Veja os detalhes das discussões que foram recentemente tornadas públicas:

Agência Nacional de Águas (“ANA”)

Audiência Pública nº 1/2019 – A ANA realiza audiência pública para debater a minuta de norma que trata dos procedimentos operacionais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.

As contribuições poderão ser enviadas até 2 de junho de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da audiência pública.

Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)

Consulta Pública nº 9/2019 – A ANATEL realiza consulta pública para debater a (i) avaliação da oportunidade e conveniência da introdução da liberdade tarifária no STFC, modalidade LDN e (ii) revisão da granularidade das áreas locais do STFC.

As contribuições poderão ser enviadas até 1º de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”)

Audiência Pública nº 3/2019 – A ANTAQ realiza audiência pública para debater a proposta de norma que regula a ocupação de áreas portuárias e a exploração de infraestruturas portuárias sob gestão da Administração do Porto, no âmbito dos portos organizados.

As contribuições poderão ser enviadas até 3 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da audiência pública.

Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

Audiência Pública nº 2/2019 – A ANTT realiza audiência pública para debater as regras gerais, a metodologia e os indicadores dos pisos mínimos referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes, por eixo carregado, instituído pela Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas – PNPM-TRC.

As contribuições poderão ser enviadas até 24 de maio de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da audiência pública.

Departamento de Registro Empresarial e Integração (“DREI”)

Consulta Pública nº 3/2019 – O DREI realiza consulta pública para debater minuta de normativo acerca do registro automático dos atos de constituição do Empresário Individual, da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e da Sociedade Limitada (LTDA).

As contribuições poderão ser enviadas até 8 de abril de 2019. Leia [aqui](#) maiores informações da consulta pública.

Veja abaixo quadro com os prazos das principais discussões e consultas públicas em andamento nos Órgãos e Agências do Governo Federal, em matérias de relevo para as atividades empresariais e que se encerram entre abril e julho de 2019:

Consulta/Audiência Pública	Tema da Consulta/Discussão	Prazo para Contribuição
ANA¹		
Audiência Pública nº 1/2019	Debater a minuta de normativo que trata dos procedimentos operacionais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.	2 de junho de 2019
ANATEL²		
Consulta Pública nº 7/2019	Debater a proposta de alteração de Planos Básicos de Radiodifusão.	14 de abril de 2019
Consulta Pública nº 6/2019	Debater a proposta de revogação dos requisitos técnicos para avaliação da conformidade de antenas ponto a ponto, ponto-área e antenas de estações terrenas.	26 de abril de 2019
Consulta Pública nº 9/2019	Debater a (i) avaliação da oportunidade e conveniência da introdução da liberdade tarifária no STFC, modalidade LDN e (ii) revisão da granularidade das áreas locais do STFC.	1º de maio de 2019
Consulta Pública nº 8/2019	Debater a proposta de atualização do rol de opções de projetos que poderão ser estabelecidos como compromissos adicionais, bem como do fator de redução de desigualdades sociais e regionais e de execução de projetos estratégicos, a serem utilizados na celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC)	27 de maio de 2019
ANEEL³		
Audiência Pública nº 9/2019	Debater a definição de metodologia de cálculo e atualização da taxa regulatória de remuneração do capital dos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.	22 de abril de 2019
Audiência Pública nº 10/2019	Debater a proposta referente à revisão periódica da Receita Anual Permitida – RAP ofertada dos contratos de concessão relativos a empreendimentos licitados com data de revisão a vigorar a partir de 1º de julho de 2019.	23 de abril de 2019
Consulta Pública nº 6/2019	Debater a necessidade de aprimoramento dos comandos regulamentares afetos à vida útil regulatória de equipamentos da transmissão.	23 de abril de 2019
Audiência Pública nº 5/2019	Debater a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR) da regulação por incentivos do segmento de distribuição de energia elétrica, avaliando o ambiente regulatório quanto à utilização de tecnologias na melhoria do serviço, na eficiência energética e no desenvolvimento do negócio.	26 de abril de 2019
Consulta Pública nº 4/2019	Debater critérios de razoabilidade das estimativas de investimentos de empreendimentos do Ambiente de Contratação Livre, de que trata a Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, para fins de enquadramento Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).	30 de abril de 2019
Consulta Pública nº 5/2019	Debater a regulamentação associada a reforços e melhorias em instalações de transmissão sob responsabilidade de concessionárias de transmissão de energia elétrica.	20 de maio de 2019

¹ Agência Nacional de Águas (“ANA”).

² Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

³ Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Consulta/Audiência Pública	Tema da Consulta/Discussão	Prazo para Contribuição
ANP ⁴		
Consulta Pública nº 9/2019	Debater o pré-edital e a minuta do contrato de concessão da 16ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios.	9 de abril de 2019
Audiência Pública nº 9/2019	Debater o pré-edital e a minuta do contrato de concessão da 16ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios.	10 de abril de 2019
Audiência Pública nº 8/2019	Debater o edital de Chamada Pública para a contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural referente ao Gasoduto Bolívia-Brasil (Rede de Transporte da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.).	10 de abril de 2019
Audiência Pública nº 7/2019	Debater a proposta de Resolução ANP que trata da individualização das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para comercialização de combustíveis.	16 de abril de 2019
Audiência Pública nº 6/2019	Debater resolução que revisará a Resolução ANP nº 22/2014 que estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional, responsabilidades e obrigações dos detentores de registro, produtores e importadores de lubrificantes, bem como as vedações a esses agentes e aos distribuidores e revendedores.	26 de abril de 2019
ANTAQ ⁵		
Audiência Pública nº 2/2019	Debater a proposta de normativo que trata sobre o Sistema de Outorga Eletrônica (SOE) e institui os procedimentos para Requerimento Eletrônico de Outorga de Autorização.	23 de abril de 2019
Audiência Pública nº 3/2019	Debater a proposta de norma que regula a ocupação de áreas portuárias e a exploração de infraestruturas portuárias sob gestão da Administração do Porto, no âmbito dos portos organizados.	3 de maio de 2019
ANTT ⁶		
Audiência Pública nº 1/2019	Debater a proposta de resolução que estabelece procedimentos a serem observados pela ANTT para o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias.	12 de abril de 2019
Audiência Pública nº 2/2019	Debater as regras gerais, a metodologia e os indicadores dos pisos mínimos, referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes, por eixo carregado, instituído pela Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas – PNPM-TRC.	24 de maio de 2019
ANVISA ⁷		
Consulta Pública nº 613/2018	Debater a manutenção do ingrediente ativo Glifosato em produtos agrotóxicos no País e sobre as medidas decorrentes de sua reavaliação toxicológica.	6 de junho de 2019
Consulta Pública nº 633/2018	Debater o registro de produtos biológicos de menor complexidade.	3 de julho de 2019
Consulta Pública nº 632/2018	Debater a proposta de normativo que estabelece os critérios, requisitos e procedimentos para o funcionamento de laboratórios analíticos que realizam análises em produtos e serviços sujeitos ao regime de vigilância sanitária.	4 de julho de 2019

⁴ Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP").

⁵ Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ").

⁶ Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT").

⁷ Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

Consulta/Audiência Pública	Tema da Consulta/Discussão	Prazo para Contribuição
DREI ⁸		
Consulta Pública nº 3/2019	Debater minuta de normativo acerca do registro automático dos atos de constituição do Empresário Individual, da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e da Sociedade Limitada (LTDA).	8 de abril de 2019

⁸ Departamento de Registro Empresarial e Integração ("DREI").

Este boletim apresenta um resumo de alterações legislativas ou decisões judiciais e administrativas no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.



PARA INFORMAÇÕES, ENTRAR EM CONTATO COM:

Luciano Inácio de Souza

D +55 61 3030 1952

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

CESCON, BARRIEU, FLESCH & BARRETO ADVOGADOS

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | BELO HORIZONTE | BRASÍLIA | SALVADOR

www.cesconbarrieu.com.br